

BARREIRAS NA REPRESENTAÇÃO DE MULHERES EM GOIÁS: UM ESTUDO SOBRE AS CÂMARAS MUNICIPAIS EM 2016 E 2020

Leonardo Aires de Castro¹

Jéssica da Silva Dantas²

Fernando Freire Vasconcelos³

Jonas Modesto de Abreu⁴

RESUMO

A presença feminina na política brasileira, embora amplamente discutida, ainda enfrenta desafios de representatividade. Em Goiás, isso é evidente, com apenas 16% das mulheres ocupando cargos de vereadoras, segundo dados do TSE de 2020. Esse número reflete a situação nacional, com o Brasil classificado em 140º lugar em representação feminina no parlamento global. A sub-representação das mulheres vai além da ausência de representantes, afetando a atenção a demandas específicas e perpetuando estereótipos de gênero. O artigo analisa a representação política feminina nas Câmaras de Vereadores de Goiás de 2016 e 2020, considerando variáveis como gênero, classe social e cor. Utilizamos análise quantitativa com regressão Probit e OLS para examinar as barreiras institucionais ao engajamento feminino, com variáveis independentes, como gênero, cor, despesa de campanha, incumbência, idade, ideologia e estado civil. O objetivo foi identificar os desafios e impactos dessa sub-representação, propondo soluções para aumentar a participação feminina. Em Goiás, variáveis como ideologia partidária, gênero, grau de instrução e incumbência mostraram-se influentes nos resultados eleitorais, mas o modelo explica apenas uma fração da variação, indicando a relevância de outros fatores.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Representação Política; Goiás

INTRODUÇÃO

A questão da presença da mulher na política brasileira tem sido alvo de debate nos mais diversos contextos, marcando tanto a esfera acadêmica quanto o ambiente

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos e Professor Efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. E-mail: leoairescastro@gmail.com.

² Especialista em Direito Civil e Processo Civil e Assessora Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. E-mail: dantassjessica@gmail.com.

³ Doutor em Administração pela FEAC/USP e professor da USP/Esalq, Universidade de São Paulo. E-mail: fernando.vasconcelos@usp.br.

⁴ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos e Professor Associado da Universidade Federal de Catalão. E-mail: abreujm9@yahoo.com.br.

social. Essa temática emerge no rastro dos significativos avanços na luta pela igualdade de gênero, um princípio fundamental que tem sido defendido com crescente veemência na sociedade contemporânea. Ainda assim, a representação política das mulheres se mantém como um desafio complexo e multifacetado, que resiste a resoluções simplistas.

Em Goiás, o cenário se replica. Compreender a presença feminina no campo político desse Estado é essencial para entender as dinâmicas específicas e os desafios únicos que as mulheres goianas enfrentam. Atualmente, as mulheres representam apenas cerca de 16% dos vereadores nas câmaras municipais goianas. Esse número, obtido a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente às eleições de 2020 (Brasil, 2020), está muito aquém do equilíbrio ideal de representação de gênero.

A situação de Goiás reflete uma realidade mais ampla que permeia o país. Em um panorama ainda mais preocupante, o Brasil ocupa a posição de número 134 em um *ranking* de representação feminina no parlamento, segundo a União Interparlamentar⁵. Esta posição revela um estado de desequilíbrio entre os sexos no seio do poder político do país, uma situação que precisa ser revista e corrigida.

A consequência dessa falta de representatividade é muito mais profunda e mais danosa do que a mera ausência de rostos femininos nos corredores do poder. Reflete uma sub-representação sistemática e preocupante das demandas e necessidades específicas das mulheres na esfera política. Além disso, essa discrepância na representação de gênero também tem o potencial de reforçar estereótipos prejudiciais e limitantes, bem como dificultar a construção de políticas públicas efetivas e significativas para a igualdade, conforme apontado por diversas pesquisas e estudos (Archenti; Johnson, 2006; Carey; Lizotte, 2019; Piscitelli *et al.*, 2011).

Dado esse contexto, é fundamental que uma luz seja lançada sobre a questão da presença feminina na política de Goiás. Mediante uma discussão aprofundada e análise

⁵ A Inter-Parliamentary Union (IPU) é uma organização global que trabalha em prol da cooperação e do diálogo entre os parlamentos nacionais ao redor do mundo, objetivando a promoção da democracia e a melhoria das condições para a paz. Até o dia 1º de outubro de 2024, a IPU compilou dados de 193 países, classificando-os em ordem decrescente com base na porcentagem de mulheres na câmara baixa ou unicameral. Essas informações foram fornecidas pelos próprios Parlamentos Nacionais e são fundamentais para entender a representação feminina na política global. Além disso, dados comparativos sobre médias mundiais e regionais, bem como informações sobre duas assembleias parlamentares regionais eleitas por sufrágio direto, podem ser encontrados em páginas separadas. Para quem busca resultados detalhados de eleições parlamentares por país, a IPU disponibiliza o banco de dados PARLINE. Disponível em: [Monthly ranking of women in national parliaments | IPU Parline: global data on national parliaments](#) (2024). Acesso em: 14 nov. 2024.

cuidadosa, é possível identificar os desafios específicos que as mulheres enfrentam em suas candidaturas e mandatos. Isso também abre caminho para a identificação de possíveis soluções e estratégias para a promoção de uma maior participação das mulheres na política, não apenas em Goiás, mas em todo o Brasil.

A relevância e importância do tema são inegáveis. Uma sociedade só pode ser verdadeiramente igualitária e justa quando todas as vozes são ouvidas e representadas. A representação política é uma parte fundamental disso. Quando as mulheres são sub-representadas na política, sua perspectiva única, suas necessidades e demandas específicas correm o risco de serem marginalizadas e ignoradas. É fundamental, portanto, enfatizar a necessidade de maior envolvimento das mulheres na política e a importância de sua representação adequada na tomada de decisões políticas.

Com isso em mente, este artigo pretende investigar em profundidade os obstáculos institucionais que impedem a representação feminina nas Câmaras de Vereadores de Goiás. Essa análise será embasada em variáveis eleitorais e na dinâmica da competição política. A sub-representação das mulheres na política é uma questão amplamente discutida, com fatores comportamentais, institucionais e culturais desempenhando um papel na configuração desta realidade (Araújo, 2005; Cowell-Meyers; Langbein, 2009; de Oliveira, 2010; Karp; Banducci, 2008).

O objetivo principal deste trabalho é analisar a representação política de mulheres nas câmaras de vereadores do estado de Goiás, identificando os desafios enfrentados por elas em suas candidaturas e mandatos, além de avaliar os impactos da baixa representatividade feminina na política local. Sendo assim, a pergunta norteadora do estudo é: Quais são os principais desafios e impactos da baixa representatividade feminina nas câmaras de vereadores do estado de Goiás e como promover maior participação das mulheres na política local?

A fim de entender verdadeiramente essas desigualdades estruturais, é essencial desvendar e compreender os obstáculos que se colocam no caminho das mulheres, mesmo antes de elas entrarem no campo da política e competirem nas eleições. Para isso, analisamos as eleições de 2016 a 2020. Consideramos a quantidade de votos e o sucesso eleitoral (variáveis dependentes) e sete variáveis explicativas: gênero, cor, despesas efetivas de campanha, estado civil, incumbência, idade e ideologia. Com essas informações, criamos modelos de análise de regressão probabilística que nos permitem determinar a probabilidade de sucesso dos grupos estudados.

Em resumo, por meio da análise estatística já amplamente utilizada no contexto da Ciência Política, esse artigo busca contribuir para o debate sobre a representação política das mulheres, fornecendo uma perspectiva detalhada sobre a situação em Goiás. Ao destacar os obstáculos e desafios, espera-se promover a compreensão e o diálogo necessários para avançar na direção de uma maior igualdade de gênero na política, afinal, uma sociedade que valoriza e promove a representação igual de todos os seus membros é uma sociedade que está no caminho certo para a justiça, a igualdade e a prosperidade.

DOS ESTUDOS AO ACESSO LEGISLATIVO DE MULHERES EM NÍVEL MUNICIPAL

As teorias de representação descritiva e substantiva fornecem uma base essencial para entender as dinâmicas da representação política das mulheres e sua relação com as estruturas de poder. Hannah Pitkin (1967), em seu estudo seminal, propõe a distinção entre dois tipos de representação: a descritiva, que se refere à correspondência física ou demográfica entre representantes e representados, e a substantiva, que diz respeito ao papel dos representantes em promover efetivamente os interesses de seu grupo. No contexto da representação feminina, essa diferenciação é crucial, pois questiona se a simples presença de mulheres nas instituições políticas é suficiente para garantir a promoção de suas demandas ou se há outros fatores em jogo que influenciam a defesa de suas pautas.

A política de presença, conforme proposta por Anne Phillips (2001), amplia essa discussão ao sugerir que a inclusão de mulheres em posições de poder é essencial não apenas por uma questão de justiça ou igualdade numérica, mas pela necessidade de incorporar suas experiências e perspectivas específicas no debate político. Phillips argumenta que a presença física das mulheres nas esferas de poder tem valor intrínseco, pois é por meio dessa inserção que os interesses femininos começam a ser representados. No entanto, a autora alerta que a mera presença não é garantia de uma representação substantiva. Ela defende que a política de presença deve ser acompanhada por mecanismos que assegurem que as mulheres eleitas tenham as condições estruturais e políticas para promover as demandas de gênero.

Essa abordagem é complementada por teóricas como Carole Pateman e Iris Marion Young, que argumentam pela ampliação da inclusão democrática de grupos marginalizados. Young (1990) observa que a verdadeira democracia é aquela que se abre à pluralidade de vozes, permitindo que diferentes perspectivas culturais, sociais e de gênero sejam ouvidas e representadas. Pateman (1988), por sua vez, critica a exclusão histórica das mulheres da cidadania plena, destacando que a inclusão das mulheres nos espaços de poder é um passo necessário, mas não suficiente. Para essas autoras, as políticas de cotas, embora representem avanço significativo, não podem ser vistas como a solução definitiva para as desigualdades de gênero na política. Sacchet (2012) corrobora essa visão ao examinar as políticas de cotas sob a ótica feminista, ressaltando que embora elas aumentem a representação descritiva, a representação substantiva só será alcançada quando as estruturas institucionais e culturais permitirem uma participação efetiva das mulheres nas decisões políticas.

Nesse sentido, o debate sobre representação descritiva e substantiva revela a complexidade das dinâmicas políticas contemporâneas. A presença de mulheres nas instituições é importante, mas sua capacidade de influenciar e moldar as decisões políticas de maneira substantiva depende de uma série de fatores, como as estruturas partidárias, o financiamento de campanhas e o capital político acumulado. A incumbência, discutida por estudiosos como Fréchette *et al.* (2008), também desempenha um papel relevante ao indicar que a reeleição de candidatos previamente eleitos, majoritariamente homens, representa uma barreira adicional à representação feminina. Portanto, ao articular essas diferentes teorias e conceitos, torna-se evidente que a representação política das mulheres envolve tanto a ampliação da presença física nas instituições quanto a criação de condições para uma atuação política eficaz e transformadora.

No cenário brasileiro, o acesso das mulheres ao sistema legislativo em nível municipal é um tópico de grande importância e pertinência. Apesar do progresso significativo em relação ao acesso das mulheres à educação superior e à sua participação na força de trabalho, ainda há desequilíbrio de gênero evidente na política municipal. Portanto, é vital analisar a trajetória das mulheres até o acesso ao legislativo em nível municipal.

No artigo intitulado *Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil*, Miguel e Queiroz abordam a complexidade e a diversidade das

diferenças regionais na representação política das mulheres no país. O estudo examinou os dados de três eleições municipais (1996, 2000 e 2004) e concluiu que as mulheres obtêm melhores resultados em regiões economicamente menos desenvolvidas. No entanto, as razões subjacentes a essa disparidade não são evidentes e demandam explicações mais abrangentes. Além disso, é importante destacar que a legislação brasileira de cotas eleitorais para mulheres tem limitações que impactam a representatividade feminina em todo o território nacional (Miguel; Queiroz, 2006).

Para esses autores, as principais barreiras que ainda impedem as mulheres de ocupar mais posições de poder na política brasileira incluem o preconceito disseminado entre eleitores e eleitoras, que faz com que a mulher seja vista como estando deslocada no campo político fora de seu meio “natural” e, portanto, tenha menos chance de ser votada. Além disso, a legislação brasileira de cotas eleitorais para mulheres tem limitações que afetam a representação feminina em todo o país. Outras barreiras incluem a falta de financiamento para campanhas políticas, a falta de acesso à educação e à informação política, bem como a violência política contra as mulheres (Miguel; Queiroz, 2006).

Nesse sentido, Bohn (2009) analisa as disputas legislativas municipais brasileiras para identificar as questões salientes do tema. O estudo em questão tem como objetivo analisar o padrão de participação feminina nas eleições municipais no Brasil, especialmente em comparação com a disputa para a Câmara dos Deputados. Uma descoberta relevante é a preferência da maioria das mulheres em concorrer ao cargo de vereadora, sendo notável que elas têm maior sucesso eleitoral em partidos de direita, ao contrário do observado em nível nacional. Ao examinar o panorama das eleições municipais, é fundamental considerar o volume de candidaturas femininas, que ainda apresenta disparidades em relação aos candidatos do sexo masculino. Essa desigualdade pode ser influenciada por diversos fatores, como barreiras estruturais, normas sociais e estereótipos de gênero.

A análise também revela a relevância da integração das mulheres aos partidos políticos. É observado que as mulheres têm maior probabilidade de se filiarem a partidos de direita em comparação aos partidos de esquerda. Compreender as motivações políticas e ideológicas tanto das candidatas quanto dos partidos pode fornecer *insights* valiosos para a compreensão da dinâmica política no âmbito municipal. Outro aspecto a ser considerado é a eficácia da política de cotas eleitorais para as mulheres. Embora

tenha sido implementada com o objetivo de aumentar a representatividade feminina, é necessário avaliar seus impactos reais. Isso inclui analisar a implementação e o cumprimento das medidas, bem como a influência da reserva de vagas nas candidaturas e eleições municipais (Bohn, 2009).

Em artigo sobre as eleições municipais de Porto Alegre, Pinto e Moritz (2009) discutem que a presença da mulher na política institucional no Brasil tem sido bastante tímida, principalmente se for comparada com os avanços conquistados na área dos direitos e na sua participação na força de trabalho ativa em praticamente todos os setores. As barreiras incluem a visão tradicional da mulher como cuidadora do lar e das crianças, além de preconceitos e estereótipos de gênero que dificultam o acesso das mulheres aos cargos políticos.

No entanto, mesmo com o aumento da participação das mulheres na educação e no mercado de trabalho, a representação política delas em nível municipal ainda está longe de ser igualitária. A resistência sociocultural (Oliveira, 2010), os estereótipos de gênero (Dolan; Sanbonmatsu, 2009; Fox; Oxley, 2003; Hayes, 2011), a falta de apoio partidário (Caul, 1999) e o assédio político (Biroli, 2016; Krook, 2017) são algumas das barreiras que as mulheres enfrentam quando tentam entrar na arena política.

Ainda no artigo de Bohn (2009), ela discorre sobre o baixo índice de mulheres engajadas na competição eleitoral como um problema para a presença feminina na arena política formal porque limita a quantidade de mulheres que podem ser eleitas para cargos políticos. Isso ocorre porque sem um número suficiente de mulheres concorrendo às eleições, é improvável que haja representação equitativa das mulheres na política.

Além disso, a falta de representatividade feminina na política pode acarretar em políticas públicas que não levam em conta as necessidades e perspectivas das mulheres. Portanto, é importante incentivar e apoiar a participação feminina nas eleições para garantir uma representação mais equitativa e inclusiva na arena política formal. Pinto e Moritz (2009) destacam que as conquistas em termos de leis e políticas públicas para as mulheres foram e são alcançadas por meio da pressão de movimentos feministas e populares. No entanto, a falta de representação feminina na política institucional ainda é uma barreira para a continuidade dessas conquistas.

Em contrapartida, existem diversos esforços sendo feitos para melhorar essa situação. Uma estratégia eficaz tem sido a implementação de leis de cotas, que reservam uma porcentagem mínima de candidaturas para mulheres (Araújo, 2001; Araújo; Alves,

2007; Sacchet, 2012). Essas leis aumentaram significativamente a presença feminina nas câmaras municipais e têm promovido a equidade de gênero na política local (Fréchette *et al.*, 2008).

A participação ativa das mulheres nas associações comunitárias também tem papel importante em seu envolvimento político. Essas organizações oferecem uma plataforma para as mulheres desenvolverem suas habilidades de liderança, ganharem experiência na solução de problemas comunitários e construírem uma rede de apoio que pode ser fundamental para uma futura candidatura política. Ao abordar o papel dessas associações na participação política, é relevante citar o estudo de Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2021), que examina o impacto do associativismo na representação política feminina no Brasil. Segundo os autores, as associações comunitárias servem como espaços de aprendizado político e de construção de liderança para as mulheres, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolver capital político e social que, frequentemente, não conseguem acessar por meio das instituições políticas formais. Esse estudo ressalta a importância dessas organizações como mecanismos de fortalecimento da presença feminina na esfera pública, destacando que o associativismo pode ser uma via importante para superar barreiras culturais e institucionais que restringem a participação política das mulheres (Almeida; Lüchmann; Ribeiro, 2021). Ao trazer esses dados, percebe-se que o envolvimento de mulheres em associações comunitárias não apenas amplia sua representatividade política, mas também contribui para a transformação das práticas políticas tradicionais, que historicamente favoreceram a exclusão de grupos minoritários.

Para que haja uma representação equitativa de gênero na política municipal, é essencial encorajar e apoiar a educação e a participação política das mulheres desde cedo. É igualmente importante dismantelar as barreiras culturais e institucionais que impedem as mulheres de buscar cargos políticos, o que pode ser alcançado por uma série de medidas, incluindo a educação cívica desde a escola primária, a promoção de modelos femininos na política e a adoção de leis e políticas que promovam a igualdade de gênero na política.

Ainda, é essencial reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres para a política local. As mulheres trazem perspectivas e experiências únicas que podem enriquecer o debate político e levar a soluções mais inclusivas e equitativas. Portanto, garantir o acesso das mulheres ao legislativo em nível municipal não é apenas uma

questão de justiça social, mas também um passo importante para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Inúmeras pesquisas examinam a relação entre gênero e sucesso eleitoral (Adams; Smrek, 2018). No contexto do sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil entre 2002 e 2018, essas pesquisas tendem a dar sempre o mesmo veredito: nosso progresso é tímido (Jankowski; Marcinkiewicz, 2019; Rule, 1986). Ao discutir o impacto dos sistemas proporcionais de lista aberta e fechada nas candidaturas femininas, é importante ressaltar que a literatura acadêmica ainda apresenta resultados divergentes sobre o tema. Alguns estudos sugerem que a lista fechada pode favorecer a inclusão de mulheres, pois permite que partidos influenciem diretamente a ordem dos candidatos e, com isso, implementem cotas de gênero de maneira mais eficaz. No entanto, outros trabalhos indicam que o sistema de lista aberta pode proporcionar maior autonomia às eleitoras e aos eleitores para escolherem candidatas mulheres, promovendo maior competitividade entre os gêneros. Essa falta de consenso na teoria reflete as diferentes dinâmicas políticas e culturais que influenciam os sistemas eleitorais, apontando a necessidade de uma análise contextualizada em cada país e eleição.

O gênero é a variável central, destacando-se que, institucionalmente, os homens tendem a ter vantagens enquanto as mulheres são frequentemente desfavorecidas. Estudos anteriores não mostraram um claro viés de votos contra candidatas femininas, sugerindo que estereótipos de gênero não são a principal causa da desigualdade eleitoral. Entretanto, outros fatores culturais e institucionais, como o nível de desemprego feminino, escolaridade e religião, podem influenciar o sucesso eleitoral. Adicionalmente, enquanto o Brasil elegeu sua primeira presidente feminina em 2010, o número de deputadas federais permaneceu baixo, refletindo a natureza masculina predominante das instituições brasileiras.

Já em relação à despesa de campanha, proveniente tanto do fundo partidário quanto de financiamento privado, é uma variável crucial para o sucesso eleitoral. Embora haja um debate extenso sobre gastos de campanha e sucesso eleitoral, são raros os estudos que observam as diferenças entre homens e mulheres nesse contexto. Mancuso (2015) examinou o financiamento de campanhas, destacando a importância dos recursos para aspectos práticos da campanha. Contudo, poucos trabalhos focam na variável gênero. Pesquisas mostram que as mulheres tendem a enfrentar desvantagens

significativas em termos de financiamento, com partidos como PSDB, PV, PFL/DEM e PDT apresentando mais desigualdade. Além disso, estudos, como o de Speck e Mancuso (2014) indicam que o financiamento tem impacto mais substancial nas candidatas mulheres do que nos homens, especialmente quando considerados fatores como incumbência e capital político.

O financiamento de campanhas eleitorais femininas, em comparação com as masculinas, é um campo ainda insuficientemente explorado, mas de fundamental importância para entender as disparidades de gênero no sucesso eleitoral. Estudos recentes, como o de Zelinski e Eduardo (2021), destacam o impacto das novas regras de financiamento eleitoral nas eleições de 2018, com foco nas candidaturas para Deputado Estadual no Paraná. Os autores analisam as mudanças trazidas pela legislação, que buscava promover maior equidade na distribuição de recursos entre homens e mulheres, e como, na prática, essa redistribuição foi limitada. Apesar das reformas legais, as candidatas femininas continuaram a receber significativamente menos recursos que seus pares masculinos, o que limitou sua capacidade de competir de modo justo. A pesquisa revela que mesmo quando são criados mecanismos institucionais para corrigir essa desigualdade, a distribuição efetiva dos fundos ainda reflete desequilíbrio estrutural, que perpetua a sub-representação das mulheres na política (Zelinski; Eduardo, 2021).

Outro estudo crucial para esse debate é o de Eduardo e Souza (2019), que examina a distribuição de recursos públicos de campanha para a Câmara dos Deputados em 2018, intitulado *Quando o pouco não chega a muitas*, que revela que embora a legislação tenha determinado uma parcela mínima de financiamento para candidaturas femininas, a distribuição real foi insuficiente para promover a verdadeira competitividade entre homens e mulheres. As autoras argumentam que a simples destinação de recursos não é suficiente, sendo necessário garantir que esses fundos sejam distribuídos de maneira justa e equitativa, levando em consideração as barreiras adicionais que as candidatas enfrentam, como o menor acesso a redes de apoio político e capital social. Além disso, a pesquisa destaca que as candidatas femininas, mesmo recebendo recursos, muitas vezes enfrentam desafios na aplicação eficiente desses fundos em razão de contextos institucionais que favorecem candidatos incumbentes e com maior visibilidade política, a maioria dos quais são homens (Eduardo; Souza, 2019). Esses estudos sublinham a necessidade de políticas mais robustas e eficazes para garantir

uma distribuição de recursos que permita uma competição eleitoral mais equilibrada entre gêneros.

A incumbência, tradicionalmente estudada sob a perspectiva estadunidense, refere-se à reeleição de candidatos previamente eleitos e é uma variável dominante nas disputas eleitorais em virtude do significativo capital político que os incumbentes carregam (Fréchette *et al.*, 2008). Essa vantagem institucional frequentemente limita a eleição de mulheres, já que a maioria dos incumbentes são homens. Pesquisas indicam que a alta taxa de incumbência dificulta a representação feminina, com efeitos consistentes em diversos sistemas eleitorais. No entanto, quando mulheres são as incumbentes, sua chance de reeleição é semelhante à dos homens. A seleção de candidatos por partidos políticos é um fator crucial, onde incumbentes frequentemente recebem mais apoio e recursos.

Estudos sobre a eleição de grupos minorizados, em particular candidatos não brancos, ressaltam a intersecção de raça com outras variáveis, como gênero e classe, e as barreiras institucionais enfrentadas por esses grupos em contextos tanto norte-americanos quanto brasileiros. Enquanto antigas pesquisas nos EUA sugeriam uma lógica de voto embasada em preconceitos raciais e de gênero, estudos mais recentes enfatizam a influência de normas institucionais e desequilíbrios no financiamento de campanha. No Brasil, pesquisas destacam que o eleitorado não discrimina candidatos com base na raça ou gênero, mas estruturas institucionais favorecem candidatos brancos em razão do histórico de desigualdades e do acesso limitado ao capital político por candidatos não brancos. A sub-representação de grupos minorizados é, portanto, menos um reflexo de preconceitos individuais e mais um resultado de barreiras institucionais e históricas.

Por fim, partidos políticos servem como proxies para ideologias, principalmente por causa da dificuldade de avaliar individualmente as posições de cada candidato. A literatura mostra que esses partidos são essenciais para a seleção e ratificação de candidaturas competitivas e no Brasil são categorizados em centro, direita e esquerda, conforme pesquisas⁶. Estudos indicam que a ideologia de um partido, especialmente

⁶ Segundo Codato *et al.* (2018), a distribuição dos partidos no espectro político é: **Partidos de Centro:** (P)MDB, PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS, PPS; **Partidos de Direita:** PAN, PEN, PFL/DEM, PGT, PL, PR, PPB/PP, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSD, PSDC, PSL, PSN, PST, PT do B, PTB, PTC, PTN, SD; **Partidos de Esquerda:** PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT, REDE.

aqueles à esquerda, tem significativa influência na proporção de mulheres em seus quadros (Inglehart; Norris, 2000). No contexto brasileiro, essa ideologia torna-se crucial para a inclusão feminina em espaços políticos. A trajetória política das mulheres está intrinsecamente ligada aos partidos e suas ideologias, que por sua vez afetam a representatividade e chances eleitorais das mulheres. No entanto, na América Latina, partidos muitas vezes consolidam barreiras para as mulheres, com elites internas resistentes à mudança, e apesar de esforços como cotas, poucos países viram mudanças significativas em seus parlamentos (Araújo, 2005; Caminotti, 2016).

Apesar de explorar a quantidade de votos e o sucesso eleitoral, é importante destacar que essas variáveis têm implicações diferentes, especialmente em virtude do sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil e na presença de uma lei de cotas de gênero partidárias. Portanto, é necessário considerar essas diferenças para chegar a conclusões mais precisas e focar no contexto goiano.

No Quadro 1, a seguir, há um resumo desses estudos sobre a representação feminina na política.

Quadro 1 – Autores e conceitos

Autor	Conceito
Hannah Pitkin (1967)	Representação descritiva e substantiva: descritiva (correspondência demográfica) e substantiva (promoção de interesses).
Anne Phillips (2001)	Política de presença: inclusão física de mulheres em posições de poder e suas implicações para a representação de gênero.
Iris Marion Young (1990)	Democracia plural: inclusão de múltiplas vozes, especialmente de grupos marginalizados.
Carole Pateman (1988)	Exclusão histórica das mulheres da cidadania plena e crítica às cotas como solução insuficiente para desigualdade de gênero.
Miguel e Queiroz (2006)	Barreiras institucionais e culturais que impedem o sucesso eleitoral das mulheres no Brasil, incluindo preconceito e violência política.
Bohn (2009)	Participação feminina nas eleições municipais, barreiras estruturais e impacto das cotas eleitorais.
Pinto e Moritz (2009)	Conquistas femininas por meio de movimentos, mas barreiras culturais e estereótipos limitam a presença política das mulheres.
Sacchet (2012)	Análise feminista das políticas de cotas, destacando suas limitações para alcançar a representação substantiva.
Fréchette <i>et al.</i> (2008)	Incumbência e suas barreiras à representação feminina, com destaque para o capital político dos incumbentes.
Biroli (2016) e Krook (2017)	Assédio político contra mulheres como uma barreira à sua participação eleitoral.
Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2021)	Papel do associativismo como espaço para o desenvolvimento do capital político e social feminino.
Adams e Smrek (2018)	Relação entre gênero e sucesso eleitoral no sistema proporcional de lista aberta do Brasil.
Jankowski e Marcinkiewicz (2019)	Impacto do sistema proporcional de lista aberta nas candidaturas femininas no Brasil.

Mancuso (2015)	Financiamento de campanhas e suas disparidades entre homens e mulheres, afetando o sucesso eleitoral.
Speck e Mancuso (2014)	Diferenças de impacto do financiamento de campanha entre homens e mulheres.
Zelinski e Eduardo (2021)	Impacto limitado das reformas de financiamento eleitoral na promoção de candidaturas femininas.
Eduardo e Souza (2019)	Insuficiência do financiamento de campanhas femininas para promover verdadeira competitividade eleitoral.
Fulton (2020)	Impacto da incumbência na eleição de mulheres, onde os incumbentes são majoritariamente homens.
Schwindt-Bayer (2005)	Efeitos da incumbência e seleção de candidatos nos partidos sobre a representação feminina.
Murray (2008)	Apoio partidário e seus efeitos na eleição de candidatas femininas.
Inglehart e Norris (2000)	Impacto da ideologia partidária na proporção de mulheres eleitas.
Campos e Machado (2015, 2017)	Intersecção de raça, gênero e classe como barreiras institucionais à eleição de mulheres e candidatos não brancos.

Fonte: Os autores (2024).

MATERIAL E MÉTODOS

Para investigar as condições institucionais que podem dificultar o engajamento político das mulheres, adotaremos uma abordagem quantitativa que utiliza dois tipos de modelos estatísticos: a regressão não linear probabilística (modelo Probit) e a regressão linear de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS – Ordinary Least Squares), conforme proposto por De Paola e Scoppa (2011). Esses modelos são aplicados em contextos diferentes, dependendo da natureza da variável que se pretende estudar. O modelo Probit é adequado para situações em que a variável dependente é categórica e binária, ou seja, assume apenas dois valores, como “venceu a eleição” ou “não venceu a eleição”. Já o modelo OLS é indicado quando a variável dependente é contínua, como no caso da porcentagem de votos recebidos por uma candidata, também chamada de *vote share* na literatura especializada (Cameron *et al.*, 2016).

A escolha desses dois modelos estatísticos permite uma análise robusta de diferentes aspectos do sucesso eleitoral feminino. Enquanto o modelo Probit nos ajuda a compreender quais fatores influenciam a probabilidade de uma mulher vencer ou não uma eleição, o modelo OLS nos oferece uma visão mais refinada sobre a quantidade de votos que uma candidata pode receber, possibilitando uma análise quantitativa mais detalhada sobre o impacto de diversos fatores na *performance* eleitoral.

Este estudo busca, portanto, lançar luz sobre os obstáculos que as mulheres enfrentam ao tentar obter sucesso nas eleições goianas. A sub-representação feminina na política é um tema amplamente discutido e envolve múltiplos fatores – desde questões comportamentais e institucionais até fatores culturais profundamente enraizados. A análise estatística que realizamos nos permitiu testar duas hipóteses principais, que emergem do debate teórico sobre a participação política das mulheres:

- 1) as mulheres têm os menores índices de sucesso eleitoral em razão de fatores institucionais e características demográficas;
- 2) as mulheres têm as menores votações por causa desses mesmos fatores.

Para testar essas hipóteses de modo empírico, o estudo foca nas eleições municipais de 2016 e 2020, analisando dados provenientes da base do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A variável dependente do modelo Probit é a vitória eleitoral (representada como “1” para vencer e “0” para perder), enquanto a variável dependente no modelo OLS é o percentual de votos recebidos por candidata.

Também incluiremos seis variáveis explicativas para capturar fatores importantes que influenciam os resultados eleitorais: gênero, cor, despesas efetivas de campanha, incumbência (se a candidata já ocupava o cargo ou não), idade e ideologia do partido em que a eleição ocorreu. Essas variáveis permitem uma análise mais detalhada sobre como aspectos socioeconômicos, culturais e políticos afetam o sucesso das candidatas.

A inclusão de variáveis como a incumbência é particularmente relevante, pois sabemos que candidatas que já ocupam cargos políticos tendem a ter maior capital político e, conseqüentemente, mais chances de reeleição. Da mesma forma, a despesa de campanha efetiva fornece uma medida clara do impacto do financiamento eleitoral na competitividade das candidaturas femininas. Fatores como ideologia partidária e a localização geográfica também são fundamentais, já que sabemos que partidos de direita e algumas regiões geográficas historicamente tendem a ter menos mulheres eleitas em comparação a partidos de esquerda e regiões mais progressistas.

O Quadro 2, a seguir, apresenta as principais variáveis analisadas no estudo sobre a participação de mulheres nas eleições e suas correlações com os resultados eleitorais. Entre as variáveis selecionadas, estão gênero, cor, despesa de campanha, incumbência, idade e ideologia. Cada uma delas desempenha um papel significativo na explicação das barreiras e vantagens que podem influenciar o sucesso eleitoral das candidatas. O sentido esperado dessas variáveis nas regressões é variado: enquanto a

incumbência e o maior financiamento de campanha tendem a ter impacto positivo no desempenho eleitoral, variáveis como gênero e cor costumam apresentar uma relação negativa em razão das barreiras estruturais enfrentadas por mulheres e candidatas não brancas. O estudo busca, assim, examinar de modo mais aprofundado como essas variáveis afetam a competitividade e o sucesso nas eleições.

Quadro 2 – Variáveis, autores e sentido esperado nas regressões

Variável	Autores que tratam sobre a variável	Sentido esperado na regressão
Gênero	Inglehart e Norris (2000); Miguel e Queiroz (2006); Bohn (2009); Zelinski e Eduardo (2021)	Negativo - Mulheres enfrentam mais barreiras institucionais e culturais
Cor	Campos e Machado (2015, 2017); Juenke e Shah (2016); Shah <i>et al.</i> (2019)	Negativo - Candidatas não brancas enfrentam mais barreiras institucionais
Despesa de campanha efetiva	Mancuso (2015); Speck e Mancuso (2014); Eduardo e Souza (2019); Zelinski e Eduardo (2021)	Positivo - Maiores despesas aumentam a competitividade
Incumbência	Fréchette <i>et al.</i> (2008); Fulton (2020); Schwindt-Bayer (2005)	Positivo - Candidatas incumbentes têm mais chances de reeleição
Idade	Campos e Machado (2015, 2017); Bohn (2009)	Positivo - Idade avançada pode estar associada a mais experiência política
Ideologia	Inglehart e Norris (2000); Araújo (2005); Caminotti (2016)	Positivo ou Negativo - Partidos de esquerda tendem a eleger mais mulheres, enquanto partidos de direita menos

Fonte: Os autores (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados nesta análise apresentam uma visão inédita da situação de sub-representação da política goiana. Com poucos trabalhos empíricos e estatísticos sobre o tema, as considerações aqui elaboradas partem de pesquisas nacionais e internacionais para a construção de um entendimento mais proveitoso. Esse estudo teve como intuito aprofundar nossa compreensão do sucesso eleitoral e das variáveis que influenciam a quantidade de votos que os candidatos recebem nas eleições. Mais especificamente, propôs-se analisar as diferenças no sucesso eleitoral e na quantidade de votos entre candidatos do sexo masculino e feminino, com base em duas hipóteses fundamentais que emergem do debate teórico existente. Primeiro,

propomos que as mulheres têm menores índices de sucesso eleitoral por causa de fatores institucionais e características demográficas. Segundo, acreditamos que as mulheres também recebem menos votos em virtude desses mesmos fatores.

Na regressão OLS, utilizamos os votos nominais como variável dependente. Encontramos que a ideologia partidária tem efeito significativo nos votos, onde os partidos de direita têm impacto negativo de -4.318, enquanto os partidos de esquerda têm impacto ainda maior, com -16.811. Além disso, observamos que o gênero masculino tem um efeito positivo significativo de 66.506 nos votos. O grau de instrução, estado civil, cor, despesa de campanha, idade e incumbência também mostraram coeficientes significativos.

Já na regressão Probit, nossa variável dependente é se o candidato foi eleito ou não. Descobrimos que a ideologia partidária também desempenha papel significativo na probabilidade de ser eleito. Os partidos de direita têm efeito negativo significativo de -0.047, enquanto os partidos de esquerda têm impacto ainda maior, com -0.191. O gênero masculino novamente tem efeito positivo significativo de 0.611 na probabilidade de ser eleito. Outras variáveis como grau de instrução, estado civil, cor, despesa de campanha, idade e incumbência também mostraram coeficientes significativos.

É importante ressaltar que os modelos OLS e Probit têm diferenças fundamentais. Na regressão OLS, analisamos a relação entre as variáveis independentes e uma variável dependente contínua, enquanto na regressão Probit analisamos a probabilidade de um evento binário ocorrer. Portanto, os coeficientes e interpretações são diferentes em cada modelo.

Em termos de ajuste do modelo, a regressão OLS apresenta um R^2 ajustado de 0.130, indicando que cerca de 13% da variação nos votos nominais é explicada pelas variáveis independentes. Dentro do campo das Ciências Humanas, a complexidade inerente aos fenômenos estudados é uma característica marcante e apresenta desafios significativos na análise de dados. A multifacetada natureza humana é moldada por uma intrincada teia de variáveis e o estudo deste campo demanda uma abordagem que reconheça a diversidade e a profundidade de tais dinâmicas. Um aspecto que ressalta essa complexidade é a multicausalidade. Diferentemente de muitas ciências exatas, onde é possível isolar variáveis e estudar seus efeitos de modo controlado, as Ciências Humanas abordam realidades em que múltiplos fatores interagem simultaneamente, influenciando os resultados de maneira imprevisível. A tarefa de identificar, isolar e medir

todas as variáveis relevantes se torna um desafio colossal e a ausência de algumas dessas variáveis pode resultar em um baixo coeficiente de determinação (R^2) em modelos estatísticos. Além disso, a variabilidade individual, característica intrínseca ao ser humano, acrescenta uma camada adicional de complexidade. Comportamentos, percepções e preferências humanas variam enormemente, tornando a captura dessa diversidade em modelos estatísticos uma tarefa árdua, especialmente quando se lida com um número limitado de amostras. A coleta e a medição de dados em Ciências Humanas também não são tarefas triviais. Frequentemente nos deparamos com variáveis subjetivas, que são desafiadoras de serem mensuradas com precisão. Esta imprecisão e a potencial falta de dados de qualidade podem contribuir para a diminuição do valor de R^2 (Gelman; Stern, 2006).

Por outro lado, a regressão Probit não tem uma medida de ajuste comparável, mas inclui o log da verossimilhança (-16,238.800) e o critério de informação de Akaike (32,535.600) como medidas de adequação.

Tabela 1 – Desafios Eleitorais – Resultados da Regressão OLS

	<i>Variável Dependente:</i>
	Votos Nominais
Ideologia Partidária	
Partido de Direita	-4.318** (1.768)
Partido de Esquerda	-16.811*** (2.412)
Gênero	
Masculino	66.506*** (1.616)
Grau de Instrução	
Fundamental incompleto	-3.310 (3.173)
Médio completo	25.970*** (2.584)
Médio incompleto	8.406** (3.814)
Lê e escreve	-25.903*** (5.844)
Superior completo	73.771*** (2.754)

Superior incompleto	43.213*** (3.977)
Estado Civil	
Divorciado(a)	-6.304** (2.558)
Separado(a) judicialmente	-27.592*** (8.534)
Solteiro(a)	-19.866*** (1.730)
Viúvo(a)	-4.209 (5.848)
Cor	
Branca	9.525 (7.833)
Indígena	-57.491** (27.038)
Não informado	-14.127 (14.333)
Parda	0.589 (7.813)
Preta	-10.585 (8.107)
Despesa de Campanha	-0.0001*** (0.00000)
Incumbência	207.784*** (3.338)
Idade	
Faixa Etária 30-39	10.557*** (2.926)
Faixa Etária 40-49	18.920*** (2.910)
Faixa Etária 50-59	14.450*** (3.066)
Faixa Etária 60-69	1.234 (3.760)
Faixa Etária 70-79	-20.842*** (7.562)
Faixa Etária 80-89	-23.167 (31.691)
Faixa Etária 90-99	152.712 (181.300)
Constant	31.967*** (8.681)

Observations	60,104
R ²	0.131
Adjusted R ²	0.130
Residual Std. Error	181.268 (df = 60076)
F Statistic	334.237*** (df = 27; 60076)

Note: *p**p***p<0.01
 Fonte: Os autores (2024).

Os resultados da regressão OLS revelam *insights* importantes sobre a relação entre diversas características dos candidatos e o número de votos nominais que eles recebem. Ao analisar a variável Ideologia Partidária, observa-se que tanto os candidatos de partidos de direita quanto de esquerda têm menos votos nominais em comparação ao grupo de referência. Os candidatos de partidos de esquerda têm uma redução ainda maior, com um coeficiente de -16.811, significativamente diferente de zero ao nível de 1%. Em relação ao Gênero, os candidatos masculinos tendem a receber mais votos nominais, com um coeficiente de 66.506, o que é estatisticamente significativo ao nível de 1%.

Quando consideramos o Grau de Instrução, os candidatos com Ensino Médio completo, Ensino Médio incompleto, Superior completo e Superior incompleto têm mais votos nominais do que o grupo de referência. Em contraste, os candidatos que têm Ensino Fundamental incompleto e aqueles que apenas leem e escrevem recebem menos votos nominais. No que diz respeito ao Estado Civil, observa-se que os candidatos divorciados, separados judicialmente e solteiros tendem a receber menos votos nominais em comparação com o grupo de referência. Essas diferenças são estatisticamente significativas.

Em relação à Cor, os candidatos indígenas recebem significativamente menos votos nominais. No entanto, não se observam diferenças significativas para os candidatos de outras cores. A Despesa de Campanha apresenta um efeito negativo no número de votos nominais, o que sugere que aumentar a despesa de campanha não resulta em mais votos.

Os candidatos à reeleição (Incumbência) recebem significativamente mais votos nominais, com um coeficiente de 207.784, o que é estatisticamente significativo ao nível de 1%. Por fim, em relação à Idade, os candidatos nas faixas etárias de 30-39, 40-49 e 50-59 anos tendem a receber mais votos nominais, enquanto aqueles na faixa etária de

70-79 anos recebem menos. No entanto, não se observam diferenças significativas para os candidatos em outras faixas etárias.

Em suma, esses resultados sugerem que características como ideologia partidária, gênero, grau de instrução, estado civil, cor, despesa de campanha, incumbência e idade têm efeitos significativos no número de votos nominais que os candidatos recebem. No entanto, é importante notar que esses efeitos podem ser contextuais e podem variar dependendo de outros fatores não incluídos no modelo. Além disso, o R-quadrado ajustado do modelo é de 0.130, o que indica que aproximadamente 13% da variação nos votos nominais pode ser explicada pelas variáveis incluídas no modelo.

Já na Tabela 2 são tratados os resultados da regressão Probit na avaliação desses mesmos desafios eleitorais. A regressão Probit foi empregada para determinar as variáveis influentes na eleição de um candidato. A variável dependente do modelo é “Eleito ou Não”, onde o resultado de uma eleição foi modelado em função de uma variedade de variáveis explicativas.

Tabela 2 – Desafios Eleitorais – Resultados da Regressão Probit

	Variável Dependente
	Eleito ou Não
Ideologia Partidária	
Direita	-0.047*** (0.018)
Esquerda	-0.191*** (0.026)
Gênero	
Masculino	0.611*** (0.020)
Grau de Instrução	
Fundamental completo	3.088 (98.376)
Fundamental incompleto	3.116 (98.376)
Médio completo	3.300 (98.376)
Médio incompleto	3.182 (98.376)

Lê e escreve	2.870 (98.376)
Superior completo	3.545 (98.376)
Superior incompleto	3.335 (98.376)
Estado Civil	
Divorciado(a)	-0.086*** (0.027)
Separado(a) judicialmente	-0.127 (0.094)
Solteiro(a)	-0.187*** (0.018)
Viúvo(a)	-0.173** (0.078)
Cor	
Branca	0.091 (0.081)
Indígena	-0.350 (0.366)
Não informado	-0.022 (0.149)
Parda	-0.060 (0.081)
Preta	-0.239*** (0.085)
Despesa de Campanha	-0.00000*** (0.00000)
Incumbência	1.245*** (0.024)
Idade	
Faixa Etária 30-39	0.063** (0.031)
Faixa Etária 40-49	0.055* (0.031)
Faixa Etária 50-59	-0.069** (0.033)
Faixa Etária 60-69	-0.153*** (0.041)

Faixa Etária 70-79	-0.561*** (0.100)
Faixa Etária 80-89	-3.986 (22.638)
Faixa Etária 90-99	1.175 (0.888)
Constant	-4.872 (98.376)
Observations	62,778
Log Likelihood	-16,238.800
Akaike Inf. Crit.	32,535.600
Note:	*p**p***p<0.01

Fonte: Os autores (2024).

O coeficiente para a variável “Direita” na ideologia partidária é -0.047 e é significativamente diferente de zero, sugerindo que em comparação com o grupo de referência (candidatos não associados à direita ou à esquerda), pertencer à direita reduz a probabilidade de ser eleito. Similarmente, a associação à esquerda também reduz a probabilidade de ser eleito, com um coeficiente de -0.191, ainda mais acentuado do que a direita.

No que diz respeito ao gênero, ser do sexo masculino aumenta significativamente a probabilidade de ser eleito, com um coeficiente de 0.611. Isso pode indicar uma possível preferência dos eleitores por candidatos masculinos, ou um efeito indireto de outras variáveis não observadas.

Os coeficientes para todas as categorias de grau de instrução são significativos e apresentam valores altos. No entanto, deve-se notar que os erros padrão para essas variáveis são extremamente altos (98.376), o que indica alta incerteza em torno dessas estimativas. Portanto, embora os coeficientes pareçam sugerir um efeito significativo do grau de instrução, deve-se ter cautela ao interpretar esses resultados.

Em relação ao estado civil, ser divorciado, solteiro e viúvo diminui significativamente a probabilidade de ser eleito, com o maior impacto observado para os candidatos solteiros. No âmbito da etnia, apenas a categoria “Preta” tem efeito significativo e negativo na probabilidade de ser eleito.

A despesa de campanha tem efeito significativo, embora pequeno, sobre a probabilidade de ser eleito. O coeficiente negativo sugere que o aumento das despesas de campanha pode diminuir a probabilidade de ser eleito. Ser um incumbente (ou seja, um candidato à reeleição) tem grande efeito positivo sobre a probabilidade de ser eleito, com um coeficiente de 1.245.

Em relação à idade, os resultados sugerem efeito variável. Para os candidatos entre 30 e 49 anos, a idade tem efeito positivo, embora pequeno, na probabilidade de ser eleito. No entanto, para os candidatos de 50 anos ou mais, a idade tem efeito negativo, com impacto particularmente grande para aqueles na faixa etária de 70-79 anos.

Finalmente, o termo constante é -4.872, o que representa a probabilidade logarítmica de um candidato ser eleito quando todas as variáveis explicativas estão em zero ou nas categorias de referência. No entanto, dada a alta variância desse coeficiente, também se deve ter cautela ao interpretar esse resultado.

Para uma democracia saudável, é crucial que homens e mulheres tenham representação política equitativa. No entanto, apesar de as mulheres serem reconhecidas como parte fundamental da sociedade, elas ainda são sub-representadas nos níveis mais altos dos partidos políticos. É essa a conclusão de Vieira Silva (2014) em sua dissertação de mestrado, que tem como objetivo analisar a sub-representação feminina em partidos goianos.

Os resultados apresentados nessa análise, ao confrontar a sub-representação feminina na política goiana com o que é amplamente discutido na literatura, revelam convergências relevantes em relação às tendências observadas em contextos políticos distintos. A literatura internacional e brasileira tem destacado a complexidade das barreiras institucionais e culturais que limitam o sucesso eleitoral das mulheres, como observado em estudos de Biroli (2016) e Krook (2017), que apontam a persistência do preconceito de gênero e das limitações financeiras. Os achados da regressão indicam que a ideologia partidária influencia significativamente o sucesso eleitoral, com partidos de direita e esquerda apresentando efeitos negativos sobre o número de votos nominais e a probabilidade de eleição. Esse resultado confirma observações de autores como Miguel e Queiroz (2006), que sugerem que mulheres em partidos de direita enfrentam desvantagens adicionais, além de levantar questionamentos sobre o papel efetivo dos partidos no apoio a candidaturas femininas.

No que diz respeito ao impacto do gênero na probabilidade de eleição e na quantidade de votos recebidos, nossos resultados corroboram a literatura ao indicar que homens têm vantagem estatisticamente significativa. A política de presença defendida por Anne Phillips (2001) argumenta que a inserção de mulheres nos espaços de poder é essencial, mas a literatura também adverte que a mera presença não garante a representação substantiva. Esse contexto é reforçado por Sacchet (2012), que aponta para a importância de políticas que não só aumentem a presença numérica, mas também assegurem condições que promovam efetivamente as demandas de gênero. Os resultados indicam que as mulheres recebem menos votos e têm menor probabilidade de eleição, reforçando a hipótese de que as barreiras institucionais e culturais permanecem como obstáculos significativos.

Quanto ao financiamento de campanhas, os achados indicam um efeito negativo, embora pequeno, sobre o número de votos e a probabilidade de eleição. Mancuso (2015) ressalta que, no Brasil, o financiamento é uma das maiores barreiras para as candidaturas femininas, pois o montante destinado a mulheres é significativamente inferior. Estudos recentes, como o de Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2021), apontam para uma defasagem de recursos entre candidatos homens e mulheres, com as candidaturas femininas frequentemente limitadas a valores inferiores que afetam a competitividade. Esse achado reforça as conclusões de Zelinski e Eduardo (2021), que destacam que, mesmo com legislações que visam melhorar a distribuição de recursos, a implementação permanece aquém do necessário para igualar as condições.

Além disso, nossos resultados ressaltam a incumbência como uma das variáveis mais influentes na obtenção de votos, reforçando o efeito positivo do capital político acumulado, como descrito por Fréchette *et al.* (2008) e Fulton (2020). Esses autores sugerem que a alta taxa de reeleição de homens incumbentes impõe barreiras para o avanço de mulheres no campo político. Na política goiana, essa vantagem institucional é claramente refletida nos coeficientes obtidos para a incumbência, onde candidatos à reeleição recebem significativamente mais votos e têm probabilidade maior de sucesso eleitoral. Esse fenômeno pode refletir a resistência institucional e partidária a novas candidaturas femininas, como discutido por Murray (2008), que identifica barreiras semelhantes em contextos europeus.

Por fim, as variáveis de características pessoais, como estado civil e grau de instrução, também mostram impactos consistentes com estudos de Hayes (2011) e

Adams e Smrek (2018), onde aspectos como *status* de relacionamento e nível educacional influenciam a aceitação de candidatas. Nossos achados indicam que candidatos solteiros e com menor grau de instrução recebem menos votos e têm menor probabilidade de eleição, resultados que ecoam na literatura ao evidenciar que percepções de competência e confiabilidade, mediadas por essas características, afetam negativamente o desempenho eleitoral feminino. Esses resultados sublinham a complexidade das barreiras enfrentadas e sugerem que políticas públicas e partidárias precisariam abordar essas variáveis para promover uma representação de gênero mais equitativa na política goiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados revela que, no cenário eleitoral goiano, minorias sociais, especialmente mulheres, enfrentam grandes desafios para se eleger em razão das barreiras institucionais já na fase inicial do processo político. Uma série de fatores, conforme discutidos no trabalho, escancaram a incapacidade de as instituições nacionais facilitarem o acesso de mulheres em seus quadros, mostrando uma desigualdade inaceitável para o século XXI.

Um dos principais obstáculos à implementação da lei de cotas é a resistência dos próprios partidos em indicar candidatas, assim como o número limitado de mulheres dispostas a se candidatar. Dados de pesquisas mostram que um aumento no percentual de candidaturas femininas não garante necessariamente mais eleições de mulheres, como observado no caso de Goiás. Mesmo com aumento nas candidaturas femininas, o número de eleitas foi menor em comparação com anos anteriores (Paiva *et al.*, 2011).

O cenário eleitoral goiano serve como um microcosmo das disparidades nacionais, expondo com clareza os obstáculos que mulheres e outras minorias sociais enfrentam na arena política. As barreiras, muitas vezes institucionais e profundamente arraigadas nas práticas partidárias, têm continuado a reproduzir desigualdades que parecem deslocadas em uma era que se espera mais progressista e inclusiva. Embora haja uma crescente consciência sobre a necessidade de aumentar a representação das mulheres, o sistema atual ainda luta para traduzir essa consciência em ação concreta.

A lei de cotas, que foi implementada para aliviar algumas dessas desigualdades, também enfrentou seu conjunto de desafios. Sua eficácia é muitas vezes minada pela falta de vontade política e por práticas partidárias reticentes. Além disso, embora possa haver maior representação de mulheres na lista de candidatos, isso não se traduz necessariamente maior representação no poder. A resistência dos partidos em priorizar candidatas mulheres e a relutância de algumas mulheres em entrar na política são barreiras significativas que precisam ser abordadas.

Esse estudo oferece uma análise estatística da sub-representação política no cenário goiano, com foco particular nas diferenças de sucesso eleitoral entre candidatos do sexo masculino e feminino. Utilizando dados de 2016 e 2020, extraídos do Tribunal Superior Eleitoral, as análises empregaram métodos robustos de regressão, OLS e Probit, para compreender a relação entre características dos candidatos e, respectivamente, a quantidade de votos recebidos e a probabilidade de serem eleitos. No que tange à regressão OLS, alguns pontos cruciais emergem. Em primeiro lugar, candidatos de partidos tanto de direita quanto de esquerda têm menos votos do que os do grupo de referência, sendo que os de esquerda têm uma diminuição ainda mais significativa. Homens, de acordo com a análise, recebem significativamente mais votos. Quando olhamos para a educação, candidatos com níveis de instrução média e superior tendem a receber mais votos, enquanto aqueles com Ensino Fundamental incompleto ou apenas letrados recebem menos. Variáveis como estado civil, cor e despesa de campanha também mostraram efeitos significativos, com candidatos divorciados, separados e solteiros e candidatos indígenas tendendo a ter menos votos. A incumbência e a faixa etária também mostraram ser determinantes significativos.

Já a regressão Probit revelou que a ideologia partidária, em particular ser de esquerda ou direita, diminui a probabilidade de um candidato ser eleito. Mais uma vez, ser homem apresenta uma vantagem significativa, aumentando a probabilidade de vitória eleitoral. O grau de instrução, o estado civil e a cor têm efeitos perceptíveis sobre a chance de um candidato ser eleito, com certos níveis de instrução, ser solteiro e pertencer à etnia preta associados a menores probabilidades de vitória. A despesa de campanha e a incumbência são, novamente, variáveis críticas, com candidatos à reeleição mostrando grande vantagem. Em relação à idade, a análise sugere que candidatos mais jovens (entre 30 e 49 anos) têm ligeiramente maiores chances de serem eleitos do que seus pares mais velhos.

Em resumo, a análise demonstra que embora haja várias variáveis influentes que afetam os resultados eleitorais, aspectos como ideologia partidária, gênero, grau de instrução e incumbência têm efeitos particularmente pronunciados no cenário político goiano. É essencial, no entanto, reconhecer que o modelo explica apenas uma fração da variação total nos votos e probabilidades de eleição, sugerindo que outros fatores não considerados também desempenham um papel crucial.

A situação em Goiás é emblemática. Apesar de um aumento perceptível no número de mulheres se candidatando, a proporção daquelas que são efetivamente eleitas não segue a mesma tendência crescente. Isso sugere que a mera presença de mulheres nas cédulas eleitorais não é suficiente para garantir uma mudança substantiva na representação. A cultura política, as práticas partidárias arraigadas e as percepções sociais sobre os papéis de gênero desempenham um papel crucial na determinação dos resultados eleitorais.

Para alcançar uma verdadeira igualdade de representação no cenário político goiano – e, por extensão, no Brasil – é necessário um esforço concertado. É imperativo que as barreiras, tanto visíveis quanto invisíveis, sejam identificadas e desmanteladas. Isso requer uma transformação abrangente, que envolva não apenas mudanças nas práticas partidárias, mas também uma revisão da mentalidade social em relação às mulheres na política.

REFERÊNCIAS

ADAMS, M.; SMREK, M. Making Institutions and Context Count: How Useful Is Feminist Institutionalism In Explaining Male Dominance In Politics? **Politics & Gender**, v. 14, n. 2, p. 271-276, 2018. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1017/S1743923x18000156>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 237-263, 2012.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p.231-252, 2001. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/S0104-026x2001000100014>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia E Política**, v. 24, p. 193-

215, 2005. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/S0104-44782005000100013>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/S0011-52582007000300004>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ARCHENTI, Nélica; JOHNSON, Niki. Engendering the legislative agenda with and without the quota: a comparative study of Argentina and Uruguay. **Sociologia**, n. 52, 2006.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais: eleições municipais 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BIROLI, F. Violência política contra as mulheres no Brasil: manifestações e definições. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://Doi.Org/10.12957/Dep.2016.25164>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BOHN, S. (2009). Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35. Disponível em: <https://Periodicos.Fclar.Unesp.Br/Perspectivas/Article/View/2288>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMERON, M. P.; BARRETT, P.; STEWARDSON, B. Can Social Media Predict Election Results? Evidence From New Zealand. **Journal of Political Marketing**, v. 15, n. 4, p. 416-432, 2016. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1080/15377857.2014.959690>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMINOTTI, Mariana Etel. Cuotas de género y paridad en la legislación electoral de América Latina: mujeres, partidos políticos y Estado. In: *Pontificia Universidad Católica del Perú*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2016. p. 183-203.

CAMPOS, L. A. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 689-719, 2015. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/00115258201556>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 121-151, 2015. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia**

e Política, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/1678-987317256107>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAREY, T. E.; LIZOTTE, M.-K. Political experience and the intersection between race and gender. **Politics, Groups, and Identities**, v. 7, n. 2, p. 243-266, 2019. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1080/21565503.2017.1354036>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAUL, M. (1999). Women's representation in parliament: the role of political parties. **Party Politics**, v. 5, n. 1, p. 79-98. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1177/1354068899005001005>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, v. Liii, n. 29, p. 870-897, 2018. Disponível em: <https://Doi.Org/10.31447/As00032573.2018229.02>. Acesso em: 14 nov. 2024.

COWELL-MEYERS, K.; LANGBEIN, L. Linking women's descriptive and substantive representation in the United States. **Politics & Gender**, v. 5, n. 4, p. 491, 2009. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1017/S1743923x09990328>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DOLAN, K.; SANBONMATSU, K. Gender stereotypes and attitudes toward gender balance in government. **American Politics Research**, v. 37, n. 3, p. 409-428, 2009. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1177/1532673x08322109>. Acesso em: 14 nov. 2024.

EDUARDO, Maria Cecília; SOUZA, Juliana Inez Luiz de. Quando o pouco não chega a muitas: análise inicial da distribuição dos recursos públicos de campanha para a câmara dos deputados em 2018 no Brasil. **Ex æquo**, n. 44, p. 39-56, 2021.

FOX, R. L.; OXLEY, Z. M. Gender stereotyping in state executive elections: candidate selection and success. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 3, p. 833-850, 2003. Disponível em: <http://Www.Jstor.Org/Stable/3449497>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FRÉCHETTE, G. R.; MANIQUET, F.; MORELLI, M. Incumbents' interests and gender quotas. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 4, p. 891-909, 2008. Disponível em: <http://Www.Jstor.Org/Stable/25193856>

FULTON, S.. Running backwards and in high heels: the gendered quality gap and incumbent electoral success. **Political Research Quarterly**, v. 65, p. 303-314, jun. 2012. DOI: 10.1177/1065912911401419.

GELMAN, A.; STERN, H. The difference between "significant" and "not significant" is not itself statistically significant. **The American Statistician**, v. 60, n. 4, p. 328-331, 2006. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1198/000313006x152649>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HAYES, D. When gender and party collide: stereotyping in candidate trait attribution. **Politics & Gender**, v. 7, n. 2, p. 133-165, 2011. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1017/S1743923x11000055>. Acesso em: 14 nov. 2024.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The developmental theory of the gender gap: women's and men's voting behavior in global perspective. **International Political Science Review/Revue Internationale de Science Politique**, v. 21, n. 4, p. 441-463, 2000. Disponível em: <http://Www.Jstor.Org/Stable/1601598>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JANKOWSKI, M.; MARCINKIEWICZ, K. Neffective and counterproductive? The impact of gender quotas in open-list proportional representation systems. **Politics & Gender**, v. 15, n. 1, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1017/S1743923x17000538>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JUENKE, E. G.; SHAH, P. Demand and supply: racial and ethnic minority candidates in white districts. **The Journal of Race, Ethnicity, and Politics**, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2016. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1017/Rep.2015.2>. Acesso em: 14 nov. 2024.

KARP, J. A.; BANDUCCI, S. A. When politics is not just a man's game: women's representation and political engagement. **Electoral Studies**, v. 27, n. 1, p. 105-115, 2008. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1016/J.Electstud.2007.11.009>. Acesso em: 14 nov. 2024.

KROOK, M. L. Violence against women in politics. **Journal Of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 74-88, 2017. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1353/Jod.2017.0007>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MANCUSO, W. P. (2015). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/1678-987315235409>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. De. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/S0104-026x2006000200003>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MURRAY, R. The power of sex and incumbency: a longitudinal study of electoral performance in France. **Party Politics**, v. 14, n. 5, p. 539-554, 2008. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1177/1354068807088122>. Acesso em: 14 nov. 2024.

OLIVEIRA, R. A. de. Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina. **Em Debate**, v. 25, 2010. Acesso em: 12 nov. 2024

PAIVA, D.; MENDONÇA SOBRINHO, M. D. S.; SARA, M. G. Participação e representação feminina na política em Goiás. **Revista Debates**, v. 5, n. 2, p. 225, 2011. Disponível em: <https://Doi.Org/10.22456/1982-5269.22655>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PAOLA, M. de; SCOPPA, V. Political competition and politician quality: evidence from italian municipalities. **Public Choice**, v. 148, n. 3, p. 547-559, 2011. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1007/S11127-010-9683-9>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PATEMAN, C. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PINTO, Céli; MORITZ, Maria Lúcia. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 61-87, 2009.

PHILLIPS, A. **The politics of presence**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

PITKIN, H. **The concept of representation**. Berkeley: University Of California Press, 1967.

PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp/PAGU, 2011.

RULE, Wilma. Electoral systems, contextual factors and women's opportunity for election to parliament in twenty-three democracies. **Western Political Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 477-498, 1987.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012a. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/S0104-026x2012000200004>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012b. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/S0104-026x2012000200004>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SCHWINDT-BAYER, L. A. The incumbency disadvantage and women's election to legislative office. **Electoral Studies**, v. 24, n. 2, p. 227-244, 2005. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1016/J.Electstud.2004.05.001>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SHAH, P.; SCOTT, J.; GONZALEZ JUENKE, E. Women of color candidates: examining emergence and success in state legislative elections. **Politics, Groups, And Identities**, v. 7, n. 2, p. 429-443, 2019. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1080/21565503.2018.1557057>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SHAIR-ROSENFELD, S.; HINOJOSA, M. (Does female incumbency reduce gender bias in elections? Evidence from Chile. **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 4, p. 837-850, 2014. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1177/1065912914550044>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SILVA, G. P. V. **Sub-representação feminina em partidos políticos em Goiás**. 2014. Disponível em: <http://Repositorio.Bc.Ufg.Br/Tede/Handle/Tede/8989>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Brazilian Political Science Review**, v. 8,

n. 1, p. 34-57, 2014. Disponível em: <https://Doi.Org/10.1590/1981-38212014000100002>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ZELINSKI, L. F., MIRANDA, E. S., & Eduardo, M. C. (2019). Novas mudanças no financiamento ou velhos condicionantes políticos? Um estudo sobre as 4 deputadas estaduais eleitas no Paraná em 2018. *Guaju: Revista Brasileira De Desenvolvimento Territorial Sustentável* , 5(2), 85–98. <https://doi.org/10.5380/guaju.v5i2.70386>

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.